

A PROPAGANDA NA GUERRA PENINSULAR: DE INGLATERRA A PORTUGAL E ESPANHA

António PEDRO VICENTE¹

O estado de guerra que permaneceu na Península, por longos seis anos, deixaria marcas sensíveis. Portugal, «livre» dos franceses no seu território em meados de 1811, não deixou, até 1814, de viver uma situação de conflito na medida em que enormes contingentes militares lusitanos se viram incorporados no exército aliado que, através da Espanha, combateram na guerra deflagrada por Napoleão. Portugal, não só viu destruídos os seus campos e parte das suas cidades sujeitas às vicissitudes de uma guerra, como atravessou anos penosos de governo ineficaz de um conselho de Regência que não actuava ou de algumas prepotências, por parte das chefias de um exército que, tendo vindo em seu socorro, cobraria dividendos elevados. Se na parte mais ocidental da península não se sentiram os efeitos de uma guerra revolucionária prodigalizado pelas guerrilhas e o fenómeno do afrancesamento não teve profundo significado, não parece oferecer dúvida que um certo tipo de nacionalismo surgirá em ambos os países. Em Portugal, perante a ausência do rei legítimo como em Espanha, sentimentos patrióticos viriam a afectar tanto radicais como tradicionalistas. No sector militar situações emocionais de certo paralelismo irão sobressair entre os membros de um exército o qual, tendo-se batido vitoriosamente não deixará de, em breve, impôr os seus galões face ao poder civil. No decorrer dos séculos XIX português, como no espanhol, são evidentes e frequentes

¹ Universidade Nova de Lisboa

as tentativas de colocar as espadas ao serviço da resolução das mais diversas querelas do foro social e político. Se em Portugal, não teve significado a guerrilha, matizada em guerra social que permitiria ao guerrilheiro um certo tipo de ilegalidades e insubordinações não conforme com as tradicionais normas sociais, outro tipo de «guerrilha» no entanto, vai nascer no âmbito da guerra então vivida. Efectivamente, um surto inusitado de panfletos anti-revolução, anti-Napoleão ou anti-França irá surgir a partir de 1808 em Portugal como em Espanha, irmanando os dois países na luta comum contra o imperador Napoleão. Este surto panfletário constituirá uma arma enérgica na formação de uma consciência patriótica e no exacerbamento nacionalista.

A cidade de Londres terá sido o ponto de partida dos primeiros ataques a Napoleão.² O regime parlamentar e a liberdade de imprensa aí vigente favoreciam a arte da polémica e do panfleto. Ainda durante o consulado, em 1804, foram aí publicados 68 panfletos contra Bonaparte, contendo os mais diversos temas conducentes à criação dessa lenda: a crueza e furor do homem, os erros estratégico, a corrupção que o rodeava, os malefícios do dirigismo económico e político, em contraste com o liberalismo inglês; Napoleão corrupto e ladrão ou envenenador de soldados. A superioridade dos caricaturistas e panfletários ingleses levam Napoleão a perder a primeira batalha – uma batalha ainda com maiores consequências que a de Trafalgar. Através de Portugal, «a propaganda inglesa penetra no Continente. Ela favoreceu o levantamento do povo português contra o ocupante francês e inspira o economista Acúrsio das Neves que se torna, em 1811, o historiador das primeiras derrotas dos exércitos napoleónicos, perante a insurreição nacional».³ De Portugal, depois da evacuação de Junot, os libelos ingleses espalham-se por Espanha onde a guerra se acende contra os franceses, após as convulsões populares de 2 de Maio. A Europa, apreende as razões do conflito através de um panfleto do estadista Cevallos, que lhe revela «os meios empregues por Napoleão para usurpar a corte de Espanha».⁴ Por toda a Espanha e em Portugal, ligado como nunca, naquele tempo aos interesses espanhóis, lia-se este autor ou o Catecismo Civil, fértil em edições ou, ainda, os poemas de Quintana ou Arriaga. «Os sentimentos nacionais misturam-se com a exaltação religiosa para dar de Napoleão uma imagem ines-

² TULARD, Jean: *L'anti Napoleon, La légende noire de L'Empereur*. Paris, 1965, p. 41

³ IBÍDEM, p. 41.

⁴ CEVALLOS, Pedro: *Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha e dos meios que o Imperador dos franceses tem posto em prática para realizá-lla*. Imprensa Régia, Lisboa, 1808.

perada, a de anticristo, e traduzir em visões de apocalipse a tomada de Saragoça, após a heróica resistência de um general de 28 anos, Palafox. Outros países, Itália, Rússia, Alemanha e Áustria, onde mais directamente se faz sentir a influência francesa, vão ser objecto desta propaganda que classifica Napoleão de «assassino da liberdade» e «tirano das Nações». De um extremo ao outro da Europa desenha-se uma imagem bem diferente da França das luzes e de um Napoleão representado na estátua que coroa a coluna de Vendôme.

Esta vaga panfletária onde, pela primeira vez, se denota um novo tipo de literatura de protesto, embora de cariz anti-revolucionário, ou melhor diríamos contra a Revolução Francesa e os seus seguidores neles incluindo, fundamentalmente, a figura de Napoleão, paradoxalmente vem contribuir para uma abertura literária que virá a impôr-se, em breve, ao serviço do liberalismo. Muitos dos autores que, no clima de guerra, escreveram «em liberdade» habituando-se ao protesto são os mesmos que, anos após, utilizarão a sua pena nos libelos acusatórios das estruturas absolutistas do antigo regime. Aliás, por alguma razão, as suas diatribes e queixas serão «censuradas» logo após a libertação do jugo napoleónico, e quando ideais liberalizantes se tentaram impôr.

É no decorrer da usurpação napoleónica que a Espanha, antecipando-se a Portugal, leva a cabo a revolução liberal através de uma acção sistemática que teve lugar em Cádiz e no labor das suas Cortes. Curiosa a sincronia entre a Guerra da Independência e uma importante revolução política. A reforma do estado e da administração fazia-se sentir simultaneamente e no seio de graves dissidências e desfasamentos políticos. A imobilidade do tempo de Carlos IV, enquanto rei de Espanha, levava agora, estando ausente, depois de abdicar em Fernando VII, os espanhóis a tentar a conquista do poder político para impôr novos critérios na organização da sociedade. Fernando VII também ausente e o mais destacado dos «afrancesados» ao ter abdicado em José Bonaparte, o surgimento e a acção das Juntas surgidas em todo o território espanhol e assumindo ingredientes de soberania, constituirão factores da «revolução» que veio a ter lugar no cenário de Cádiz. As Juntas serão, assim, perante a paralisação das velhas instituições, pequenos núcleos onde o povo legitimará as autoridades por si criadas ou pelos seus representantes.

Em Portugal, com menor extensão e num mais curto espaço temporal - os exércitos napoleónicos abandonaram definitivamente o país em 1811 - também as Juntas, seguindo o exemplo do país vizinho, iriam a assumir um certo tipo de soberania, no clima de quebra de estruturas então vivido. Estas virão a influenciar a nova ordenação política, social e administrativa que se imporá a partir de 1820.

Fernando VII regressa a Espanha em 24 de Março de 1814 entre o entusiasmo e as aclamações das multidões, depois de, em Dezembro de 1813, pelo Tratado de Valençay, Napoleão lhe haver devolvido o trono de Espanha. A sua primeira atitude é não acatar o itinerário que as Cortes lhe haviam determinado para alcançar Madrid, afirmando, assim, a sua soberania. Logo em 4 de Maio assina o decreto em que se declara contra a Constituição derogando todo o labor legislativo elaborado em Cádiz. Nesse mesmo decreto alude-se a revitalização das Cortes medievais e à intenção de não governar despoticamente. Assim, se desvaneceu todo o labor provocado pela crise de 1808 - motim de Aranjuez e abdicação de Carlos IV, captura da família real em Bayona, revoltas populares do 2 de Maio e acção das Junta Suprema Central e das Juntas Provinciais. Carlos Seco Serrano compara, de forma sugestiva, a situação criada em Espanha pelos acontecimentos de 1808 - condição para a revolução política que culminará em Cádiz - com os episódios vividos em França vinte anos atrás.⁵ Então como agora, intuitivamente, o povo modelara «na sua unidade de luta, com o seu entusiasmo abnegado, uma concepção nacional à moderna, embora mobilizado pela defesa dos dogmas tradicionais do antigo regime - o trono e o altar.⁶ Em Espanha, no entanto, ao contrário do que se passara em França, existe um factor mobilizador da reacção - o confronto com a «águia imperial», que eliminando a tradicional soberania, terá contribuído para tornar «desejado» um soberano absoluto que, com aparente e relativa facilidade derroga, por simples decreto, todo o trabalho erigido em Cádiz, em prol duma constituição liberal.

A actividade das Juntas Provinciais, ocorrida em Espanha a partir de 1808, tem entre outras, como consequência, a aparição das Juntas Americanas. Se em Espanha a anulação do trono e, indirectamente, do Antigo Regime virá pôr em acção um movimento de cariz revolucionário com as consequências conhecidas, na América foi a «presumível anulação da metrópole», provocada pela ocupação francesa, que determinou «o aparecimento de novas entidades políticas surgidas dos velhos vice-reinados. No Brasil factores diferenciados mas também relacionados com as invasões napoleónicas viriam a contribuir para a independência.

Figura extremamente polémica rejeitada por liberais e radicais realistas, Fernando VII «converteu-se num autêntico símbolo de perfídia e de baixexa». Carlos Seco Serrano atribui a Escoiquiz a influência mais eficaz para

⁵ SECO SERRANO, Carlos: «Introducción», en ARTOLA, Miguel: *La España de Fernando VII*, ob.cit., p. 15.

⁶ IBÍDEM, p. 17.

moldar a personalidade deste monarca por lhe parecer indubitável que o citado canónico «colocou no coração do adolescente a semente das mais atrozés suspeitas contra a sua própria mãe (Maria Luiza) e que esse agitado receio de menino teria que pesar no adulto até o converter no homem desconfiado, egoísta e enganoso que foi sempre Fernando VII».⁷ Aliás, logo nos acontecimentos de 1807, surge um equívoco, que prevalecerá no decorrer da Guerra da Independência. Efectivamente, a conspiração do Príncipe das Astúrias contra Carlos IV e Maria Luisa converte-se na imaginação popular em «conspiração» dos pais, iludidos pelo «traidor» Godoy contra o filho mártir.

No decurso dos seis anos de ausência da família real espanhola dezenas de publicações, referentes a Fernando VII e sobre os seus direitos ao trono, saíram a público, em Portugal. Peças justificativas, da mais variada índole, aqui circulam com referência aos seus direitos de soberania e à situação da Espanha em geral. Manifestos das «dores» sofridos pelo povo espanhol, cartas exortatórias, reflexões políticas, representações reivindicativas, elogios ao povo combatente, exaltações de Fernando VII contrastam com relatos de Napoleão e da sua política e exposições dos estratagemas utilizados pelos franceses para usurpar o trono de Espanha. Napoleão, os seus generais e a Revolução Francesa, que ele ainda simboliza, são temas usuais desses panfletos onde a dignidade, sentido cívico e nacionalismo da nação submetida se opõem aos maiores defeitos do género humano que se incorporam no povo francês e no seu dirigente. Entretanto, Fernando VII, símbolo de todas as virtudes é, neste tipo de literatura, mencionado como única entidade capaz de resolver a situação e curar os males que assolam o país.

Uma nova Proclamação dos Hespanhois aos Portuguezes extraído do Diário da Corte de 6 de Novembro de 1808 e publicado em Lisboa nesse ano, exorta Portugal a, que com a máxima brevidade se una aos «irmãos hespanhois» e aos valorosos aliados ingleses para lançar para longe dos Pirineus esses «malvados cheios de susto, de confusão e de apróbio». O texto fala da grandeza de Portugal que soube no passado reconhecer a sua independência e a sua liberdade, após a dominação dos Filipes.

Num folheto intitulado História Descoberta notícia presente, predição futura, igualmente traduzido do espanhol em português, em 1808 e que, no seu original, fora dado à estampa num suplemento do «Diario de Valença», o futuro de Napoleão em Espanha é traçado com a mais rude violência: «mentes para enganar, enganas para mandar, mandas para roubar, roubas

⁷ IBÍDEM, pp. 24 e 25.

para reinar e reinas para exterminar. Aí são narradas as ocupações de Nápoles, Prússia, Etrúcia, Itália, Alemanha, Holanda e Portugal. Napoleão acusado de enganar os «bons» como Carlos e Fernando e servindo-se dos «maus» como o da Paz (Manuel Godoy) para serem «cúmplices na traição contra a sua Pátria». Urdindo as «desavenças que houveram entre Carlos e Fernando, valendo-se do pouco talento do primeiro e da bondade do segundo e do traidor coração do da Paz». O autor anónimo prevê a libertação de Espanha «que espera despojar-te» do quanto tens roubado a Deus, à Igreja e à Europa, «castigar-te como teus crimes merecem, livrar o mundo de um tirano usurpador, de um herege inquietador, de um filho do pecado, de um perjuro e de um inimigo de Deus, da Igreja e de todo o género humano».

O folheto apelidado Congresso de Bayonne e Maximas de Napoleão, publicado pela Real Imprensa da Universidade de Coimbra, em 1808, traz-nos um minucioso relato do que se passou em Bayonne no Congresso de 5 de Maio desse ano presidido por Napoleão. Aí estiveram presentes Carlos IV, sua mulher, seus filhos, Fernando e o Infante D Carlos, Godoy, o primeiro ministro Cevalhos e alguns grandes de Espanha. Sobre a veracidade da missiva que daí teria sido enviada, a 8 de Maio, não há provas. No entanto, os acontecimentos posteriores a essa reunião conferem alguma autenticidade ao relato: a renúncia de Fernando ao trono em favor de seu pai e a posterior abdicação deste em favor de Napoleão que, posteriormente, colocaria o seu irmão no trono de Espanha. É curioso o relato das afirmações atribuídas a Cevalhos no decorrer do Congresso as quais teriam levado Napoleão à sua exclusão das conversações. O Ministro Cevalhos teria falado com huma eloquência rápida, e apostrofando Godoy, lhe diz: «Homem infame, indigno do nome Hespagnol, tu tens vendido teu Príncipe, e teu País; porém este mesmo Imperador, que parece agora proteger-te, tem assentado no fundo de sua alma punir-te, e ao Rei Pai. Traidor não vêz quantas vantagens ele tira a cada momento destas disputas. Ah! De que modo podeste voltar o espirito destes miseráveis pais contra seus filhos! Porém todas as tuas faltas! . . . tantos crimes! . . . tu deverias ter prehenchido para com elles os teus deveres, quando não fosse senão por te terem salvado dos furores da população. Responde, se tu podes? mas não, que te he impossivel. Eu sim, que sou um leal Hespagnol, a segunda pessoa da Nação e o 1º vassallo do Rei; mas Cevallos tem cumprido sempre com seu dever, e tu tens sempre tremido diante de Cevalhos.

Um folheto relativamente extenso intitulado O Tirano da Europa Napoleão I, manifesto que a todos os povos do mundo e principalmente aos Hespanhos apresenta a lic. D. J. A. C. foi traduzido em português por Felisberto Ignacio Januário Cordeiro, autor prolixo de panfletos nesta época e, igualmente, tradutor de escritos similares espanhóis. Trata-se de um relato

biográfico de Napoleão nele sobressaindo, naturalmente, uma figura profundamente nefasta aos interesses espanhóis que «se há tido algumas virtudes militares as tem eclipsado reunindo em si os vícios de muitos: a arrogância de Xerxes, a crueldade de Nero, a temeridade de Anibal, a perfídia de Alexandre o terrível domínio dos tiranos».

O autor deste escrito sublinha as falsas intenções do Imperador francês que afirmando querendo felicidade dos povos, nomeadamente do seu próprio país, de Espanha e de todas as outras nações, «não quer a felicidade da Espanha, nem tão pouco a da França, nem a de outra alguma Nação: o que quer é, que arrastando todas aos pés do seu trono, sirvam como vós escravas à sua cubiça, à sua ambição, à sua tirania, à sua perfídia, e à sua falsa gloria. Diga o nosso vizinho, o reino da Lusitânia, que fugitivos seus Reis pelo temor, foi invadido pelo tirano, e depois de tantas proclamações espargidas, que não apresentavam em suas palavras sedutoras mais do que ideias quiméricas, e promessas de esplendor, de grandeza, de prosperidade, e de vantagens, só tem experimentado o roubo, a miséria, a violação de seus mais preciosos direitos, a profanação de seus templos, a opressão, a angustia, a agonia».

O autor estabelece o contraste entre o déspota que impõe a escravatura aos seus soldados e aos povos que intenta conquistar e os cidadãos espanhóis – livres nobres e generosos. «Ele comanda escravos, ou homens cúmplices em suas iniquidades, a quem acobarda o convencimento íntimo de seus crimes, e perfídias; e vós outros pelo contrario sois Cidadãos livres, nobres, e generosos, que pelejais voluntariamente pelo mais sagrado, e precioso aos olhos dos mortais. Vossa causa é santa, e vosso valor invencível».

A Constituição de Hespanha feita em Bayonne por José Bonaparte precedida d'hum discurso comparativo entre ella e as cartas de Bonaparte escritas a Murat e já publicada no nº 2 e 1º do leal Portuguez, veio à estampa em Coimbra em 1808 e foi publicada pela Real Imprensa da sua Universidade. Aí se inscrevem todos os artigos elaborados e aprovados pelos membros da Junta de Bayona, em 6 de Julho de 1808. No seu título I artº 1 consigna-se que a Religião Católica Apostólica Romana «é em Espanha e em todos os seus domínios, a Religião dominante e única e que nenhum outro culto será tolerado» e logo no 1º artigo do título II se declara que o Príncipe José Bonaparte, Rei de Nápoles e Sicília é rei das Espanhas e das Índias. No «Discurso Introdutório» deste folheto anónimo mais uma vez se alude ao «perverso character» desse Imperador dos Franceses demonstrado no procedimento contra a família real de Espanha, da traição de Godoy que «acedeu a tudo quanto quis Bonaparte e mal que viu o caso em bom estado fez transportar a família real de Espanha para a França debaixo de um pretexto tão pouco arditoso como ofensivo».

Todo o texto é uma demonstração de que o «infame usurpador do Continente» que alcançou a sua posição depois de haver postergado o direito das gentes, a boa fé e tudo quanto há de mais sagrado. Torpezas por si praticadas ou pelos executores de seus decretos fizeram conhecer os seus exarandos projectos. A situação em Espanha e Portugal é comparada salientando o autor o facto de o Augusto Príncipe (D. João) «por uma magnânima resolução» ter frustrado os «seus desígnios e ulteriores planos». Esse «revéz» teria tê-lo-ia levado a «encher os Estados de Espanha de tropas francesas enganando com falsas promessas o Monarca que traído pelo infame Godoy acedeu a tudo quanto quis Bonaparte».

Muito curioso é o Dialogo entre Murat e Bonaparte no qual se expõem os acontecimentos na Hespanha e Portugal as tramas e os ardís que os franceses usarão e a assistencia que os Hespanhois lhe fizerão até que o mesmo Murat fugiu de Espanha, traduzido do Hespanhol para o Portguez e publicado pela Imprensa Regia em 1808. Trata-se de uma curiosa «conversa» exposto em verso entre as duas importantes personagens que então interviewaram na história espanhola. Murat explica a Napoleão os acontecimentos em Espanha: as insurreições, a tenaz resistência popular, o claudicar do exército francês, as derrotas, o amor dos espanhóis pela causa de Fernando Napoleão vai contestando o seu general que, desmoralizado e sentindo-se perdido, apela ao envio do Príncipe Fernando para Espanha como único remédio para resolver a situação «ele é seu rei verdadeiro. A ele todo o espanhol venera e por ele há-de com a maior complacência à morte sacrificar-se» ... «Ide procurar Fernando, humilhai-vos a seus pés, dizei-lhe que vos perdoe ...».

Entre 1808 e 1812 são publicados em Portugal vários escritos de Pedro Cevallos, o antigo ministro que actuara no curto reinado de Fernando VII e que, agora, liderava os manifestos que corriam a Espanha e que, em Portugal, se traduziam numa demonstração clara dos interesses comuns. Não é por acaso, aliás, que a quase totalidade desses escritos são traduzidos e editados pela Imprensa Régia de Lisboa.

A Exposição dos factos e maquinações com que se preparou a usurpação da Coroa de Hespanha e dos meios que o Imperador dos francezes tem posto em prática para realizalla, da autoria do antigo secretário de Estado e do Despacho de Fernando VII, veio a luz em 1808. A tradução portuguesa é publicada para «desengano da Nação e conhecimento da detestável Protecção Francesa». Aí são historiados os acontecimentos do Escorial e Aranjuez, que haviam levado à abdicação de Carlos IV, os episódios sucedidos em Bayona, culminando no aprisionamento de Fernando VII em Valença.

Pedro Cevallos explica, neste folheto, as circunstâncias em que Napoleão se apodera da soberania espanhola, afirmando ficar «provado que a renuncia

do Senhor D. Carlos IV, em favor de seu filho, o Príncipe de Asturias, não se enfraquece de vício algum. No ligeiro quadro que temos delineado das artes pérfidas e enganosas, com que o Imperador tem chegado até onde havemos visto, fica traçada para eterna memória a série dos insultos atrozes, que se não feito à Hespanha, e a seu desgraçado Rei D. Fernando VII.⁸

Neste opúsculo, que circulou com inúmeras edições em Portugal, são ainda inseridos documentos justificativos de toda a trama em que a Península Ibérica se viu então envolvida: O «Tratado Secreto» de Fontainableau assinado a 27 de Outubro de 1807, firmado por Carlos IV e Napoleão, em que se estipula a repartição das províncias portuguesas e respectiva regulamentação inscrita na «Convenção Secreta», assinada na mesma data, a carta de Napoleão para Fernando VII firmada em Bayona, em 16 de Abril de 1808 e a correspondência trocada entre Carlos IV e seu filho Fernando VII, entre Abril e Maio de 1808, incluindo aquela em que se dita a renúncia deste em favor de seu pai.⁹

⁸ Constrange o Imperador ao Senhor D. Carlos IV, para que fugindo para a América com toda a Família Real, lhe abandonasse a Península: incendeia a discórdia entre os Reis Pais e Filhos, para debilitar a Espanha, dividindo-a em partidos, depois de haver desacreditado a seus Reis, arranca a Fernando VII, de sua corte com palavras fermentidas e enganosas, o faz cativo em Bayona, e quando há visto que a virtude do Jovem Rei sabe resistir a seus manejos, que Fernando não se presta à renúncia que se lhe exige, faz conduzir a Bayona aos Reis Pais com todas as restantes pessoas da Real família, como para apresentá-los a todos sem liberdade ante o Tribunal Imperial, que era Juiz, e Parte; trabalha em desnaturalizar aos Pais, e os obriga a ser o instrumento da opressão do Filho; arranca deste a renúncia mais ilegal e violenta, que jamais se viu entre os homens; e por uma série de renúncias amontoadas com a mesma ilegalidade, chega a considerar-se dono da Coroa de Espanha, que transfere a seu irmão, sem reparar no escândalo e sobressalto, que produziria nos Gabinetes da Europa a usurpação de uma Monarquia amiga e aliada. Quem haverá pois que não conheça com evidência, que a renúncia executada por Fernando VII, a favor de seu Augusto Pai, e a que sucessivamente se formalizou a favor do Imperador, são de absoluta nulidade? Pedro Cevallos acrescenta que Fernando VII «só desejava libertar a Espanha do gravame das tropas francesas» e que quando se compenetrou de que estava impedido de voltar a Espanha pediu que se «erigisse uma regência» e que se celebrassem Cortes para determinar o que fica indicado em seu lugar». CEVALLOS, Pedro: *Exposição dos Factos e Maquinações ...*, pp. 38 a 42.

⁹ Venerado Pai e Senhor: Em o primeiro do corrente puz nas Reaes Mãos de V.M. a renúncia de minha coroa em seu favor. Julguei ser da minha obrigação modificalla com as limitações convenientes ao decóro de V.M., á tranquilidade de meus Reinos, e á conservação de minha honra e reputação. Não sem grande surpresa tenho visto a indignação, que tem produzido no Real animo de V.M. humas modificações dictadas pela prudência, e reclamadas pelo amor, de que sou devedor a meus Vassallos. Sem mais motivo que este, ha crido V.M., que podia ultrajar-me na presença de minha venerada Mãe e do Imperador com os titulos mais humilhantes; e não contente com isto, exige de mim que formalize a renúncia sem limites, nem condições, sobpena de que Eu, e quantos compoem minha comitiva, seremos tratados como réos de conspiração. Em tal estado de cousas faço a renúncia, que v.M. me ordena, para que volte o Governo de Hespanha ao estado, em que se achava em 19 de Março, em que V.M. fez a abdicação espontanea de sua Coroa em meu favor. Deos Guarde a importante vida de V.M. os muitos annos que lhe deseja, prostrado aos Reaes Pés de V.M., seu mais amante e rendido filho = Fernando. = Pedro Cevallos. Bayona 6 de Maio de 1808. Idem, *Ibidem*, pág. 70.

Pedro Cevallos anexa, ainda, no seu opúsculo, a tese da renúncia ao cargo de Ministro das Relações Exteriores do rei José Bonaparte. Nela afirma que só aceitara essa nomeação para poder sair de Bayona e que, agora, atraiçoiaria «os seus princípios se continuasse exercendo um ministério aceite em consequência das referidas circunstâncias».¹⁰ Finalmente, entre os documentos componentes da exposição dos «Factos e Maquinações», estão expostas as diligências, então levadas a efeito, contra a vontade de Fernando VII, para a libertação de Manuel Godoy e sua posterior entrega aos franceses.

Mais tarde Pedro Cevallos escreve um longo texto que virá a ser impresso em Cádiz, em 1811 e traduzido em Portugal, em Março de 1812, intitulado Política particular de Bonaparte quanto à religião católica ou meios de que ele se vale para a extinguir e subjugar os hespanhois pela sedução já que os não pode dominar pela força. Reforça o título acrescentando ao seu nome o facto de ter presenciado e manifestado «a toda a Europa atrocidades cometidas em Bayona no ano de 1808». Pedro Cevallos, neste texto, atribui a Napoleão inúmeros defeitos que contrariam as virtudes da religião cristã que «propõe mystérios profundos à nossa crença e sublimes virtudes à nossa observância» afirmando que: «Quando os homens se deixam dominar pelo orgulho e pela sensualidade, não conhecem outra felicidade mais que o gozo dos prazeres, e tem por isso o maior interesse em destruir huma Religião que os perturba, e que os envenena. Esforço-se nesta desgraçada situação com todas as suas luzes, e com todos os seus talentos, para a fazer passar por falsa; e não he de admirar então que logrem por fim persuadir-se a si mesmos desta supposta falsidade (...). Tece, ainda, considerações sobre hábitos e costumes que considera degradantes e que são impostos por Napoleão nos territórios que vai ocupando.»¹¹

Este texto, que como os anteriormente mencionados do mesmo autor teve enorme difusão em Portugal, invoca a cólera dos espanhóis quando viram o seu rei Fernando «dolosa e vilmente preso por Bonaparte» as leis

¹⁰ IBÍDEM, pp. 73.

¹¹ «As mulheres relaxadas, além de terem carta de seguro no exercício da sua prostituição, estão de mais a mais empregadas pelo Governo para as investigações da Polícia. Os jogos de azar, que em todas as partes não experimentado o castigo, e a indignação dos governos, estão porém autorizados por Napoleão, e formão hum ramo da renda pública. A incorruptibilidade dos Ministros de Justiça, que sempre fôra hum objecto de veneração, e o azilo da segurança dos Cidadãos, aos olhos de Bonaparte he huma prova da estupidez do que se sugeita a todas as privações, a troco de não manchar aquella virtude. O luxo, que arruina as familias, he para Bonaparte o obsequio mais agradável; ainda que conhece que em vão se buscarão costumes e virtudes, em huma nação por elle infestada; e que a equidade, a beneficencia, e a compaixão não se aninhão nos corações, que jámais tem bastantes riquezas para si mesmos». CEVALLOS, Pedro: *Política particular de Bonaparte* ..., p. 13.

fundamentais violadas pelo que se dizia amigo de Espanha, «as propriedades servindo de alimento à segacidade dos seus exércitos ... as mulheres e filhas forçadas à lascívia de uma desenfreada soldadesca ... os sacerdotes do Altíssimo perseguidos ... as casas de oração convertidas em escolas de libertinagem, os templos profanados, aqueles templos em que se entoavam antes em doces cânticos de louvores do Senhor, já não ressoavam senão com rinchos dos cavalos e com os gritos da impureza».¹² Mas para Cevallos a religião assim ameaçada de extinção, deformada nas suas finalidades e deturpada por Napoleão, e o país ocupado a padecer as inclemências da dominação nepoleónica será libertada por «um rei que voltando ao seu Reino encontrará monumentos de amor, de fidelidade e de valor maior que oferecem as histórias e que excita a admiração daquelas mesmas Nações que tem tido a vergonhosa debilidade de oferecer o seu colo ao jugo infâme de Napoleão».¹³ Cevallos mostra-se certo no retorno do «Desejado» e ciente das elevadas qualidades que lhe conheceu enquanto o serviu e que só os «fatais sucessos» impediram de prosseguir. Descreve os projectos que Fernando VII tinha em mente para melhorar a educação, os ultrajes que sofreu pelas intrigas produzidas e o amor produto do reconhecimento e gratidão que tinha pelo povo que o apoiou são garantia dos seus «veementes desejos de preencher as suas obrigações».¹⁴

O «Manifesto dos intensos affectos de Dôr, Amor e Ternura do Augusto combatido Coração do Nosso Invicto Monarca Fernando VII, para servir de continuação à Exposição de D. Pedro Cevallos seguido de outros escriptos relativos ao mesmo Assumpto» também foi traduzido do espanhol e publicado pela Impressão Régia, em 1808. Neste opúsculo afirma-se que os «intensos affectos» foram «exalados por triste desafogo no seio do seio do seu estimado Mestre e Confessor o Senhor Escoiquiz o qual por particular recomendação de S.M., os enuncia à Nação e a sua Capital no seguinte discurso, o qual por um dos muitos protentos, que a Providência obra em S.M. e em nós, os pode transmitir de sua reclusão de Valencey». Não sabemos ate que ponto este escrito de Juan Escoiquiz, o antigo conselheiro de Estado de

¹² IBÍDEM, p. 21.

¹³ Bonaparte se veste com a capa de amigo, de aliado, e conciliador, para atrair Fernando à rede que lhe armara; El-Rei por um princípio de bem, e conduzido pelo conselho, que lhe deu o zelo, e a boa fé, de quem não conhecia a Napoleão, senão com a escassa luz do manejo dos negócios diplomáticos, caiu com efeito no laço que lhe armou o seu pérfido aliado. A desgraça porém não tem podido triunfar de Fernando; e S. M. conserva na prisão toda a sua dignidade e decoro. Estudioso e morigerado e sempre bem entertido, não pode deixar de se aperfeiçoar na ciência dos Reis, a quem são muito proveitosos os avisos de adversidade», *ibidem*, p. 40.

¹⁴ IBÍDEM, pp. 39 e 40.

Fernando VII, envolvido no polémico caso do Escorial e depois por ele redimido e louvado durante o seu curto reinado, traduz ou não as palavras de Fernando VII. Julgamos antes que se insere no âmbito da extensa literatura imaginária que então invadiu a Península Ibérica num preito de louvor às qualidades que o soberano não possuía.

A expansão extraordinária deste tipo de escritos, acompanhando o desenrolar da luta armada, irá alimentar a opinião pública para a mitificação do soberano «desejado» para curar os males da Nação. Carlos IV é totalmente esquecido e se o seu nome aparece nestas publicações é exclusivamente aludindo ao Tratado de abdicação e cessão firmado com Napoleão. Neste documento em que Escoiquiz estabelece «reflexões» sobre este tratado e sobre o acto de cessão do Príncipe das Astúrias confessa as suas culpas na ida a Bayona: «(...) confesso que o generoso peito do inocente Fernando se viu neste lance fortemente atacado do receio de se apresentar em um Reino estranho sem a menor guarda das suas tropas: porém eu me opus a este prudente receio. Eu deveria deixar aqui um claro, para não confessar eu mesmo o meu fatal erro em aprovar que S.M. fosse a Bayona. Fiei-me em demasia no meu próprio raciocínio».¹⁵ Também neste texto afirma os sentimentos de D. Fernando: (...) atrevo-me assegurá-lo com a minha própria vida, serão eternamente os mesmos que teve sempre de se sacrificar pelo bem e pela felicidade dos seus Vassalos».¹⁶

Juan Escoiquiz, principal obreiro do chamado «processo do Escorial» e activo nos primeiros anos do cativo de Fernando VII, em Valençay, viu publicado um escrito que lhe deve ser atribuído, em 1810, tanto em Espanha como em Portugal: A «Representação do Príncipe das Astúrias D. Fernando a seu pai D. Carlos IV», extenso e incisiva no ataque a Manuel Godoy, não datada mas concerteza elaborada nos finais do ano de 1807, constitui o mais vivo libelo ao poderoso dirigente político. As insinuações gravíssimas à intimidade de Godoy na corte e outros crimes de que é acusado, levam Fernando VII, pela pessoa de Juan Escoiquiz, a declarar a grande fortuna que seria «se não precisasse [Carlos IV] de exames de testemunhas, para se persuadir de que é indispensável tirar a Godoy o poder que se lhe tem dado, diminuir-lhe as rendas e riquezas e afastá-lo para lugar donde não possa ser danoso pois assim evitaria V.M. muitos incómodos, cuidados e cautelas».¹⁷

¹⁵ *Manifesto dos Intensos Affectos de Dor*, p. 9.

¹⁶ *Ibidem*, p. 13.

¹⁷ *Representação escrita por D. João Escoiquiz mestre de Fernando VII quando era Príncipe das Astúrias; a qual sendo achada entre os Papeis do mesmo Príncipe, serviu de fundamento para a causa do Escorial*, Lisboa, Imprensa Régia, 1810, p. 21.

Também editada pela Imprensa Régia, ainda em 1808, é uma Carta Exortatória de Fernando VII publicada em Tui, no mesmo ano.¹⁸ Trata-se de uma justificação das suas atitudes, dirigida ao povo espanhol. Aí afirma o soberano que agora «padece enganado debaixo do jugo cauteloso e ímpio de um tirano usurpador, sagaz e cobarde» (...). Dei-lhe crédito e pensando na melhoria e Paz do meu Reino, acedi à sua estudada súplica (...). A minha pouca idade, falta de experiência e as circunstâncias críticas do tempo dissimulam e absolvem o meu involuntário e imprevisito erro». No patético documento que, estamos certos, é forjado vai ao ponto de afirmar que será morto em breve: «Poucos serão os dias do vosso amante Rei; porque resolutamente a manter o decoro e valor devido a minha real palavra de não abandonar o meu Reino e leais vassallos, não poderá o tirano deixar de sacrificar a minha vida.¹⁹ Termina com um apelo às armas: «às armas, às armas hespanhois heroicos (...)». Esta carta é datada de 4 de Junho. Há motivos para duvidar da autenticidade desta e d'outras missivas se se atender à correspondência que, então e em datas posteriores, Fernando VII estabelece com Napoleão, a qual vem reflectida na imprensa francesa. Aí se podem constatar as expressões de amizade e felicitações então dirigidas, chegando ao ponto de lhe declarar: «o meu grande desejo é ser filho adoptivo de S.M. o Imperador.²⁰ Também custa a crer que, na imaginação dos seus súbditos, Fernando VII, mais uma vez, se transfigure ocultando a sua conduta e fazendo-se passar por mártir atraído por Napoleão. A crença dos espanhóis no «Desejado» foi, assim, rebustecida com a ajuda dos instrumentos de propaganda constituídos por estes escritos que pouco ou nada teriam a ver com a realidade.

Outro opúsculo que teve grande difusão em Portugal, exaltando o povo de Espanha, também saiu à luz logo em 1808. Agora é-nos oferecida a imagem duma população «sem armas e sem experiência militar» que demonstra mais poder do que «os exércitos do grande guerreiro» e que com toda a sua Majestade «marcha e sobe ao alcantilado Pirineo e dali a pé firme com largo e poderoso braço resgata o herói Rei cuja ausência lamentas».²¹

Na mesma linha de ideias teve grande repercussão em Portugal um escrito, igualmente traduzido do espanhol, exaltando as façanhas dos madri-

¹⁸ *Carta Exortatória de Fernando VII a todos os seus vassallos, publicada em Tui. Tambor Batente e Música Tocando*, Lisboa, Imprensa Régia, 1808.

¹⁹ *Ibidem*, p. 5.

²⁰ Miguel Artola, *ibidem*, pp. 104-105.

²¹ *Elogio da Plebe da Nação Hespanhola*, Lisboa, Imprensa Régia, 1808, p. 7.

lenos no combate aos franceses. Diversos exemplos, ficcionados ou verdadeiros, são apresentados de heróis que, isoladamente, atacam as tropas francesas e se vangloriam de matar vários soldados. Homens e mulheres são dados como exemplo da façanha. Os habitantes de Madrid são convidados ao combate e a invadir o reino fronteiro. O título sugestivo deste folheto: *Falla que fazem os sacerdotes, religiosas, ancians, matronas e meninos de Madrid à mocidade convida os «amados filhos de Madrid, doces produções do centro espanhol vassalos do nosso mais digno monarca a sujeitar a «Aguia quimérica»*. Neste panfleto igualmente aparece Fernando VII «arrebato do seu centro por meio de fraude».²²

O Retrato Político do Imperador dos Franceses, sua conduta e a do seus generais em Espanha e a lealdade e valor dos hespanhois para com o seu soberano Fernando VII,²³ é uma diatribe violentíssima contra a França, o seu sistema político e Napoleão. A França «envolta no sangue no pranto e na ruína desde a sua funesta e espantosa revolução pelos vícios e terrorismo dos chefes que a governavam tinha perdido todo o seu antigo poder», o seu exército «dissoluto e desenfreado cuja irreligião e crueldade tem a ousadia de desafiar a todo o Universo, os Burbons considerados «inertes fátuos e ignorantes e consequentemente indignos de reinar» (...) «Bonaparte destinado para ser o instrumento de punição e o açoute fatal do género Humano» (...) Ah! Monstro, o teu aspecto não te causa horror! Corso indigno e cruel, homem vil e covarde! (...) tinhas-te constituído nosso libertador, roubando-no o nosso legítimo libertador a quem toda a Nação idolatra (...) Termina o texto com um hino de esperança: «Amados compatriotas, alegremo-nos uma e mil vezes. Porém suposto que a nossa satisfação não pode ser completa até que tomando sobre os nossos ombros o nosso amado Fernando VII, nosso Pai, Rei e Senhor tenhamos a glória de o assentar no trono e cingir-lhe o Diadema, não omitamos meio algum para conseguir tal empenho».²⁴

Na Impressão Régia, ainda no ano de 1808, sai a público um opúsculo que se impõe, pela sua difusão, entre as dezenas a que tivemos acesso. Inti-

²² *Falla que fazem os sacerdotes, religiosas, ancians, matronas e meninos de Madrid à mocidade que se tem alistado no presente ano de 1808 para servir no exército em defesa da Religião, da Patria e do Rei D. Fernando VII. Na qual se relata em resumo do combate de Madrid com as tropas francesas no dia 2 de Maio do mesmo ano, em alguns sucessos particulares que se tem averiguado de pessoas fidedignas, que os virão executar; traduzido do Hespanhol, Lisboa, Imprensa Regia, 1808, p. 5.*

²³ De autoria de Belchior Andario, Lisboa, Oficina de João Rodrigues Neves, 1809.

²⁴ *Ibidem*, pp. 3 e 15.

tula-se Doutrina contra Doutrina Hespanhol Christão e Libertino Francez.²⁵ Com este título ou o de Cathecismo Civil um diálogo simples mas extremamente incisivo estabelece o paralelo entre o bom e o mau, o opressor e o oprimido, o espanhol e o francês. Em seis curtos capítulos, os dois interveientes no diálogo definem o espanhol como «homem de bem» e o Imperador francês como «inimigo da felicidade, princípio de todos os males e fim de todos os bens». Godoy e Murat são abrangidos entre os maus. Os franceses são os «herejes novos» que não é pecado matar por estarem «debaixo das bandeiras de Napoleão». As doutrinas de Maquiavel opõem-se às «máximas de Jesus Cristo e o Evangelho». A Espanha deve buscar a sua felicidade e segurança através de um «plano» autorizado por Fernando VII, que Deus queira restituir ao seio do nosso amor por séculos eternos. As oito páginas de aprazível, fácil, incisiva e rápida leitura terão percorrido o território espanhol. Em Portugal este folheto embora alusivo à política espanhola teve larga expansão. Imagina-se a sua repercussão no país vizinho e como teria constituído uma arma eficaz no profundo empenho que a partir de 1808 os espanhóis colocaram na luta pela sua independência.

Não conhecemos qualquer Catecismo adaptado às circunstâncias advindas da ocupação de Junot em Portugal mas a avaliar pela enorme difusão em território do que aqui se apresenta e que foi traduzido do espanhol para o português, estamos convictos que a mensagem aí inserta virá a contribuir largamente para irmanar no combate os dois povos da Península.

Os panfletos que correram de mão em mão, em Portugal, no período de 1808 a 1814, dos quais seleccionamos alguns, são altamente elogiosos para a imagem de Fernando VII. Em todos se salientam as excelentes qualidades do soberano «Desejado» que irá salvar a Pátria. Como se afirmou Carlos IV praticamente não é aí mencionado. Os conflitos do Escorial e de Aranjuez e, mais tarde, os confrontos da família Real espanhola com Napoleão, em Baiona, são apresentados, esmiuçados e aí termina qualquer alusão ao monarca espanhol. Só o Príncipe das Astúrias passa a existir neste novo tipo de literatura.

É bem verdade que Fernando VII marcou profundamente a sua época, ao ligar-se a acontecimentos que, para sempre, afastam da governação espanhola o influente Manuel Godoy. É, igualmente, dado adquirido que o

²⁵ No título assinala-se que é *Dado a Público, para correcção de huns e divertimento de outros*. O mesmo texto é publicado com o título de *Cathecismo Civil e Breve Compendio das obrigações do Hespanhol, conhecimento práctico da sua liberdade, e explicação do seu inimigo: mui util nas actuaes circunstancias; posto em forma de Dialogo*. Lisboa, Typografia Lacerdina, 1808. Publica-se em Anexo.

governo de Espanha estava na mão do Príncipe da Paz. O seu derrube deve, pois, associar-se à queda de Carlos IV e da criticada Maria Luisa e, concomitantemente, ao apagamento político de ambos. Pedro Cevallos e Juan de Escoiquiz, os principais obreiros da criação do mito Fernando VII, tiveram a partir daí, um caminho aberto e a sua tarefa facilitada. Citámos um excelente biógrafo de Fernando VII - Miguel Artola que, na esteira de outros que com autoridade estudaram a sua complexa personalidade, dele traça um retrato extremamente negativo, nomeadamente, pelas atitudes de extrema subserviência que tomou para com Napoleão. É, pois, normal que se questione como se construiu esse mito do salvador de Espanha assentando numa figura tão polémica, e quase sempre tão maltratada no contexto da historiografia do país vizinho. É certo que em situação de carência, em clima de guerra, perante o vazio do poder tudo concorre para a formação de mitos que se objectivam em personagens ou instituições que alimentam esperanças num «desejado» que tudo irá mudar. Estabelecido um clima de guerra, transferido o poder político para a posse de estranhos, após o afastamento da dinastia Borbónica, as Juntas assumem um poder que se dispersa ao sabor da força das armas. O fenómeno de «afrancesamento» e um nacionalismo exarcebado pela perda da independência e pela nostalgia dum passado recente de imutabilidade institucional irá progredir. Um clima de incerteza perante o futuro será propício ao profundo debate de ideias e procura de soluções. Afigura-se difícil aceitar a insistência na transfiguração de Fernando VII após os acontecimentos de que foi participante activo em Espanha e as atitudes, face a Napoleão, em Baiona, que antecederam a longa estadia de Valençay. Além disso, no pouco tempo em que reinou não lhe teria sido possível, mesmo que o desejasse objectivar uma série de promessas governativas. Carlos Seco Serrano que sobre Fernando VII igualmente pinta um retrato bem negro, alude a uma série de estudos, recentemente dados a luz, em que a imagem do monarca é favorecida. Historiadores como Comellas, Izquierdo Hernandez, Carmen Pintos Vieites, Jorge Vigón assim se expressam «nobremente com honesta convicção» mas «reinvidicação difícil». Serrano insiste que Fernando VII «é um caso. Um caso único. Um caso difícil - ou de impossível - defesa».²⁶ Em Portugal, entre 1808 e 1814 e pelas razões já apontadas, não se considera inusitada a proliferação destas folhas volantes enaltecendo Fernando VII e outras figuras e factos da Espanha ocupada. Os interesses dos dois países coincidem por esse tempo. Os dois respectivos monarcas encontravam-se ausen-

²⁶ Carlos Seco Serrano, «Prólogo» in Miguel Artola, *Ibidem*, p. 24.

tes. Em circunstâncias bem menos penosas no caso do Príncipe D. João mas, também, em certa medida, com o seu território ocupado por Inglaterra, Portugal recebia, traduzia e divulgava com profusão todos os acontecimentos que ocorriam no país vizinho.

A águia napoleónica eclipsou-se, o trono foi devolvido a Fernando VII que regressará a Espanha. Em breve assinará o decreto pelo qual se declara contra a Constituição e derroga todo o trabalho legislativo das Cortes «as quais no mesmo dia da sua instalação e por princípio dos seus actos me despojaram da soberania». Declara ainda que a sua intenção é não jurar nem aceder à dita constituição ou a qualquer decreto das cortes gerais e extraordinárias considerando-a nula e de nenhum valor ou efeito «como se não se passassem jamais tais actos e saíssem do meio do tempo». Nessa data, ainda, como já se afirmou, alude-se à reanimação das Cortes medievais. Muito em breve todas as ténues promessas tombavam por terra. O absolutismo e a reacção intransigente voltavam até ao ponto de se anularem reformas do tempo do seu antecessor Fernando VI e Carlos III.²⁷

Ensaíamos algumas notas tentando esclarecer a forma como, em Portugal, eram vistas a pessoa e a acção de Fernando VII no período que decorre até ao seu retorno a Espanha. Não é do nosso conhecimento qualquer estudo publicado no nosso país que profile o seu reinado, a partir de 1814. Acresce que essas folhas volantes, esses panfletos propagandistas, cessam naturalmente após o desaparecimento de Napoleão da cena política. Ficam os seus autores muitos dos quais, após 1820, entram novamente em cena agora não já para dirigir a sua pena contra a França revolucionária ou para acalmar a tempestade napoleónica mas para defender os princípios constitucionais que, num primeiro momento por pouco tempo embora, vão em breve e novamente irmanar as duas nações Ibéricas.

A enorme profusão panfletária incidindo no combate a Napoleão, à França, à sua ideologia e aos seus exércitos assume-se como arma gigantesca ao reforçar os impetus combativos dos nacionalistas espanhóis e portugueses. Pretendemos nestas páginas salientar alguns escritos dados à estampa em Espanha e traduzidos em português contribuindo, assim, para que em toda a Península soasse bem alto a exclamação de uma revolta que, para sempre, apagou as chamas altaneiras das ambições napoleónicas. Este surto literário provocado pela tempestade então imposta, atingiu números extremamente elevados, mostrando que é sempre um erro atacar as convicções dos homens, impondo a força contra a sua consciência.

²⁷ Miguel Artola, *ob.cit.*, p. 408